

Revista. AproximAção

2ª Vice-Presidência do TJPR

8ª Edição

BIOMETRIA

TECNOLOGIA

JUSTIÇA

POP
PROCEDIMENTO
OPERACIONAL PADRÃO



WhatsApp

INTIMAÇÃO

PROJUDI

PARANÁ

NOVAS TECNOLOGIAS NO JUDICIÁRIO

Editorial

Os últimos meses de trabalho da equipe da 2ª Vice-Presidência foram intensos e cheios de resultados relevantes. Nesta 8ª edição da Revista AproximAção, destacamos o emprego da tecnologia a favor do Judiciário.

As variadas inovações, bem como a importância e benefícios que promoveram, e ainda promoverão, na prestação jurisdicional, nos impossibilitaram de escolher um único destaque para ocupar o lugar de capa desta edição. Optamos por dedicar o mesmo espaço e atenção a três iniciativas iniciadas nos últimos meses: a implementação da Biometria para identificação de torcedores e espectadores de eventos culturais e esportivos, o uso do aplicativo WhatsApp para envio de intimações judiciais e o desenvolvimento do Procedimento Operacional Padrão – POP, para as atividades dos Juizados Especiais de todo o Estado.

Através de parcerias com diversos Órgãos Públicos e Clubes de Futebol, o Tribunal de Justiça do Paraná colocou nosso Estado na posição de vanguarda com relação à segurança dos torcedores. A partir da possibilidade de uso do sistema biométrico, bem como de um banco de dados nas catracas de entrada de estádios e locais de realização de grandes eventos, iniciou-se um trabalho de prevenção de atos de violência.

Também a acessibilidade do serviço jurisdicional foi levada em conta para agregar mais uma tecnologia ao Poder Judiciário. Diante de estudos que revelaram a segurança e popularidade do aplicativo WhatsApp, este também pôde ser viabilizado para a realização de intimações judiciais por parte das secretarias de todos os Juizados Especiais do Estado.

Finalizando o tripé de tecnologia garantido pela 2ª Vice-Presidência está o desenvolvimento do POP Juizados, uma ferramenta virtual, disponível pela internet, que propiciará a disponibilização de arquivos de modelos, rotinas e vídeoaulas que facilitarão o desenvolvimento e capacitação das equipes de todos os Juizados.

Por fim, vale destacar a inauguração de um novo espaço da Revista, a coluna “Magistrado em Destaque”, que pretende destacar as práticas de sucessos desenvolvidas em nosso Estado. A cada edição, a coluna homenageará um novo magistrado, que alcançou importantes resultados em sua região. Começamos por União da Vitória, com o Dr. Carlos Eduardo Mattioli Kockanny.

Permanecemos contando com a participação de todos, com críticas ou sugestões, para que, juntos, possamos superar novos desafios e continuar promovendo o crescimento do Tribunal de Justiça do Paraná. Desejamos a todos uma boa leitura!

Equipe da 2ª Vice-Presidência

Índice

Biometria nos Estádios.....	02
Juizados Especiais utilizam WhatsApp	04
POP Juizados.....	06
Turma Recursal ganha novos cargos de Juiz	07
Encontro dos Descentralizados	07
42º FONAJE será realizado no Paraná	08
Deliberações do NUPMEC	09
Selo CEJUSC de Certificação	09
XII Semana Nacional da Conciliação.....	10
Capacitações	10
“Pacificar é Divino” forma 68 religiosos e inicia expansão no Estado	11
Magistrado em Destaque.....	12
Programa Criança e Adolescente Protegidos realiza parceria com a APO.....	13
Jovens Promissores.....	14
Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola	14

Expediente

Desembargadora Lidia Maejima
 Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch
 Amanda Peçanha Teixeira Vaz
 Ana Beatriz Napp
 Andre Trevisani
 Angela Mori Leck
 Ângelo Massayuki Sonomura
 Cintia Cristina Martins Ferreira
 Daniel Rachid Pezzato
 Diego Saborido Gazziero
 Edgar Souza da Silva
 Fabiana Rosso Inomata
 Felipe Arruda
 Felipe Artigas Hay
 Generval Pecoral
 João Paulo Ishisato
 Karina Arabori
 Lilian Pinheiro Muniz
 Lorena Utrabo
 Lucas Romero Leite
 Luciana Cristina de Lucena
 Luiz Antonio Ferreira
 Mariele Zanco Laismann
 Marília Seeling de Oliveira
 Mario Fernando Maesima
 Pedro Mauricio Henares de Melo
 Rafael Cury Zacharias
 Stela Stafin
 Vilmar Maschio
 Vinicius Andre Bufalo

Biometria nos Estádios



Com o objetivo de utilizar a tecnologia em favor da segurança de torcedores e espectadores de eventos, o TJPR, por meio da 2ª Vice-Presidência, desenvolveu uma série de estudos para criar uma forma de viabilizar o uso da biometria em estádios de futebol e grandes espetáculos. A partir desse trabalho, em julho de 2017 foi firmado um convênio envolvendo o TJPR, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, o Instituto de Identificação, o DETRAN e a CELEPAR, que viabilizou a criação de uma webservice de consulta aos cadastros dos órgãos públicos para confronto das informações biométricas de torcedores e frequentadores de eventos de grande porte.

Com esse sistema, o clube ou organizador de evento que a ele aderir, pode promover a identificação biométrica dos cidadãos no ingresso ao estádio ou evento. Em síntese, o sistema interliga as catracas dos estádios ou locais de shows aos bancos de dados da Secretaria de Segurança, do DETRAN-PR e do Instituto de Identificação. No instante em que o espectador coloca sua digital no leitor biométrico, um conjunto de códigos informa se a pessoa é a titular do cartão ou ingresso e, ainda, também se há contra ela mandado de prisão em aberto ou restrição para entrada no estádio.



O Clube Atlético Paranaense foi o primeiro aderente da iniciativa e inaugurou o sistema de identificação biométrica na partida de futebol entre Clube Atlético Paranaense e Coritiba Football Club, realizada no dia 10 de setembro, na Arena da Baixada. A partida contou com um público total de 17.420 pessoas, que consultaram a biometria nas catracas de acesso na entrada do estádio. Não houve o registro de nenhuma intercorrência.

Para a Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR e idealizadora do programa, a importância dessa ação integrada vai além da fiscalização das medidas aplicadas no âmbito do juizado do torcedor e eventos, é também uma medida de segurança. “A violência nos estádios é questão complexa, influenciada por múltiplos fatores, que demandam ações diversificadas. O que se pretende com o programa biometria nos estádios é justamente dar uma resposta a um dos elementos que agrava a situação: a impunidade, decorrente da falta de fiscalização. Doravante, sem descuidar da privacidade do cidadão, o Estado do Paraná tem um sistema pioneiro de cruzamento de dados que permitirá dar mais efetividade ao cumprimento das penalidades aplicadas com base no Estatuto do Torcedor”.



O Clube Atlético Paranaense, por meio de seu Presidente Luiz Sallim Emed, enalteceu a iniciativa dos Órgãos Públicos Estaduais: "O Estado do Paraná mais uma vez sai na frente. Essa é uma característica deste estado, desta cidade e também do nosso clube. Esse convênio é um benefício para toda a sociedade, no sentido de evitar a violência e também evitar que as pessoas sejam exploradas pela ação dos cambistas, pagando preços abusivos por ingressos".

A primeira partida de futebol utilizando a tecnologia foi acompanhada pelos Magistrados Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência e Flávia da Costa Viana, titular do 11º Juizado Especial Cível, Criminal e do Torcedor do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que destacaram a importância do programa.

"Trata-se de medida que tem por finalidade precípua contribuir para a segurança pública no âmbito dos eventos esportivos e espetáculos de diversão pública. Identificar com precisão os frequentadores desses ambientes é um excelente mecanismo de controle social, além de transmitir a certeza de que o Estado está atuando de perto na fiscalização das penalidades aplicadas no juizado do torcedor e eventos, reduzindo a tão indesejada sensação de

impunidade. Um bom indicador nesse sentido é o fato de que no atletiba que inaugurou o projeto de biometria nos estádios não houve o registro de nenhuma ocorrência perante o juizado do torcedor e eventos. Foi o primeiro atletiba em 04 anos sem nenhuma ocorrência no estádio", declarou o Dr Ricardo Jentzsch.

Por sua vez, a Magistrada Flávia da Costa Viana destaca que: "É elogiável a iniciativa da 2ª Vice-Presidência do TJPR no sentido de viabilizar o convênio entre órgãos públicos para a implantação do sistema de consulta biométrica de espectadores de jogos de futebol, à disposição dos clubes da capital. Não há dúvida de que tal controle contribui para garantir maior segurança nos estádios, pois, além de permitir a identificação de pessoas que estejam proibidas judicialmente de frequentar tais eventos, possibilita, de igual forma, que sejam identificadas aquelas que possuem mandados de prisão contra si expedidos, em razão de condenação pela prática de outros delitos".

O programa biometria nos estádios é desenvolvido no âmbito do programa "Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos", regulamentado pela Resolução nº 01/2017, do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, que alterou o nome do antigo programa Justiça ao Torcedor. A nova nomenclatura enfatiza a

abrangência de atuação do programa, que além de atender jogos de futebol, passa a estar presente em eventos de grande porte, aproximando, ainda mais, a justiça do cidadão.

Desde a publicação da referida resolução, o Programa já instalou o plantão do juizado em diversos eventos, tais como as finais da Liga Mundial de Vôlei, realizada na Arena da Baixada, em Curitiba, nos dias 04 e 08 de julho de 2017, os Shows dos artistas Ed Sheeran e Maroon 5, realizados, respectivamente, na Pedreira Paulo Leminsk e no Estádio Couto Pereira, além de todas as partidas oficiais de futebol classificadas como de alto e altíssimo risco pela Delegacia

Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos – DEMAFE.

Para a instalação do plantão do juizado, tanto o Couto Pereira quanto a Arena da Baixada, já contam com estrutura permanente, com sala de audiências, sala de reuniões e equipamentos. Já a Pedreira Paulo Leminsk, atendida até recentemente pelo veículo do juizado móvel, colocou à disposição do programa uma estrutura permanente, com sala de audiência e os equipamentos necessários, ao lado do posto de atendimento da Delegacia Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos – DEMAFE, para melhor comodidade do jurisdicionado.

Juizados Especiais utilizam WhatsApp



Com o intuito de facilitar a comunicação do judiciário com as partes, a 2ª Vice-Presidência do TJPR iniciou, a partir de fevereiro de 2017, uma série de estudos sobre a utilização do aplicativo de celulares "WhatsApp". O trabalho culminou na Instrução Normativa Conjunta (nº 01/2017), da Corregedoria Geral da Justiça e da 2ª Vice-Presidência, autorizando o uso do aplicativo no âmbito dos Juizados Especiais em todo o Estado do Paraná.

Por meio do aplicativo, os servidores poderão encaminhar intimações nos casos de cumprimento de despacho, levantamento de alvará, comparecimento em audiências, pagamento de custas processuais, cumprimento de sentenças, entre outros. A proposta é facilitar a comunicação com as pessoas envolvidas no processo, já que a informação chegará de maneira instantânea e ficará arquivada no aparelho. No entanto, o serviço só será utilizado



quando a parte for devidamente informada do funcionamento da ferramenta e preencher um termo de adesão, autorizando o envio de intimações por esse meio.

Além da autorização do uso do aplicativo, também foram licitados aparelhos celulares para todas as secretarias dos Juizados Especiais do Estado. No dia 13-09, uma cerimônia reuniu magistrados e servidores de Curitiba e região metropolitana para oficializar a entrega dos telefones. As Comarcas do interior estão recebendo os equipamentos por meio de malote. Até o final de setembro, dos 195 celulares adquiridos, 152 já haviam sido entregues.

Benefícios do Aplicativo

A medida irá gerar diversos benefícios ao Poder Judiciário, como a economia, celeridade e a eficiência na prestação jurisdicional, eis que a utilização de cartas será reduzida e servidores poderão ser liberados para a realização de demais atividades nas unidades. Outra vantagem da utilização do aplicativo é que o conteúdo da intimação também ficará sempre no celular, ao alcance das partes, evitando assim o extravio de documentos.

Além disso, a intimação pelo aplicativo 'WhatsApp' também será responsável por reduzir custos. Atualmente, as secretarias dos Juizados realizam intimações e notificações através de correspondência ou por oficial de justiça. De acordo com um levantamento da Seção de Controle e Expedição do Tribunal,

apenas nos Juizados Especiais de Curitiba, no ano de 2016, foram gastos mais de um milhão de reais com a expedição de cartas, valor que será reduzido substancialmente a partir do uso dos celulares.

A segurança do procedimento também foi levada em conta pela iniciativa. Pesquisas realizadas em tribunais que já aderiram a essa tecnologia certificaram a segurança do aplicativo, que marca as mensagens com informações acerca do horário de envio, recebimento e leitura.

No Paraná, a utilização do aplicativo já vem sendo testada desde 2016 com um projeto piloto desenvolvido no 3º Juizado Especial da Comarca de Maringá, por iniciativa da saudosa Juíza Liéjeje Aparecida de Souza Gouvêia. Apartir dessa iniciativa, uma série de estudos foram realizados, inclusive, com o levantamento de projetos semelhantes em outros tribunais.

Com a distribuição dos equipamentos, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPR permanecerá auxiliando os servidores, aprimorando constantemente o sistema PROJUDI para melhor atender as demandas referentes a este meio de intimação.



POP Juizados

O Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da 2ª Vice-Presidência, lançou, no dia 19 de setembro de 2017, o Procedimento Operacional Padrão dos Juizados Especiais do Paraná (POP-Juizados). O projeto, desenvolvido em parceria com a ESEJE, tem por objetivo a padronização de rotinas, mediante disponibilização de modelos de documentos e de videoaulas para formação e aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário.

Com apenas dez dias do lançamento, o POP já conta com mais de mil visualizações na intranet. Ainda, já foram adicionados à comunidade dos Juizados Especiais mais de 300 servidores, os quais solicitaram acesso às aulas e modelos.

A iniciativa pretende garantir uma maior segurança jurídica aos jurisdicionados, com maior estabilidade na forma de atendimento, evitando as diferenças de procedimentos adotados pelas Serventias. Além disso, também garante proteção ao servidor, que terá parâmetros de conduta a seguir, evitando atuações arbitrárias, e minimizando as chances de responsabilização por eventuais danos decorrentes do serviço público.

Neste primeiro momento, o POP foi implementado para as 3 competências dos juizados especiais: cível, criminal e fazendária. O espaço estará em constante atualização. No começo de novembro, serão disponibilizados mais tutoriais, produzidos a partir de sugestões encaminhadas pelos servidores para o e-mail popjuizados@tjpr.jus.br.

Para ter acesso ao POP, os servidores deverão acessar a intranet dos Juizados Especiais, a partir do site do TJPR. Na página, dividida pelas competências, estarão disponíveis uma série de videoaulas, sobre diversos assuntos que orientam a maneira mais adequada de utilização do sistema PROJUDI, e ainda, um espaço com modelos de documentos como: alvarás, certidões, termos, entre outros atos de secretaria.

Além do POP-Juizados, a 2ª Vice-Presidência já está trabalhando para disponibilizar o projeto para os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e para os procedimentos os afetos ao programa "Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos", o qual já conta com alguns modelos disponibilizados na intranet.



Turma Recursal ganha novos cargos de Juiz

Acatando o projeto de iniciativa conjunta da Presidência e da Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, o Órgão Especial aprovou um anteprojeto de lei que transforma varas judiciais criadas e ainda não instaladas, utilizando os respectivos cargos de juiz para o provimento de mais 8 cargos de juiz das Turmas Recursais.

O anteprojeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador no dia 05 de outubro, dando origem à Lei Estadual nº 19.156/2017.

Esses cargos possibilitarão a suspensão

do regime de exceção que vigora na Turma Recursal há mais de dois anos, bem como permitirá que parte dos juízes de direito substitutos, que hoje lá atuam, voltem a substituir na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

O próximo passo será a publicação de um edital para a seleção dos juízes que passarão a compor o órgão. A partir de então, ao invés de 8, a Turma Recursal contará com 16 membros fixos, possibilitando, inclusive, a alteração da competência atual, o que, certamente, propiciará maior agilidade e melhora na prestação jurisdicional ao cidadão.

Encontro dos Descentralizados

Atendendo uma necessidade observada já no início da gestão, no mês de julho, a 2ª Vice-Presidência promoveu o Encontro dos Descentralizados. Durante um café da manhã, realizado no 2º andar do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, reuniram-se magistrados, secretários e servidores das 5 Varas Descentralizadas de Curitiba: Santa Felicidade, Cidade Industrial, Bairro Novo, Pinheirinho e Boqueirão.

O objetivo do encontro foi promover a troca de experiências entre as unidades, como também, apresentar seus números e especificidades à 2ª Vice-Presidente do TJPR, Desembargadora Lidia Maejima, e ao Juiz Auxiliar, Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentsch, que participaram do evento. Na ocasião, as equipes, de cada Fórum Descentralizado, tiveram a oportunidade de mostrar a forma de trabalho desenvolvida em cada região, a infraestrutura, os projetos e desafios que enfrentam.

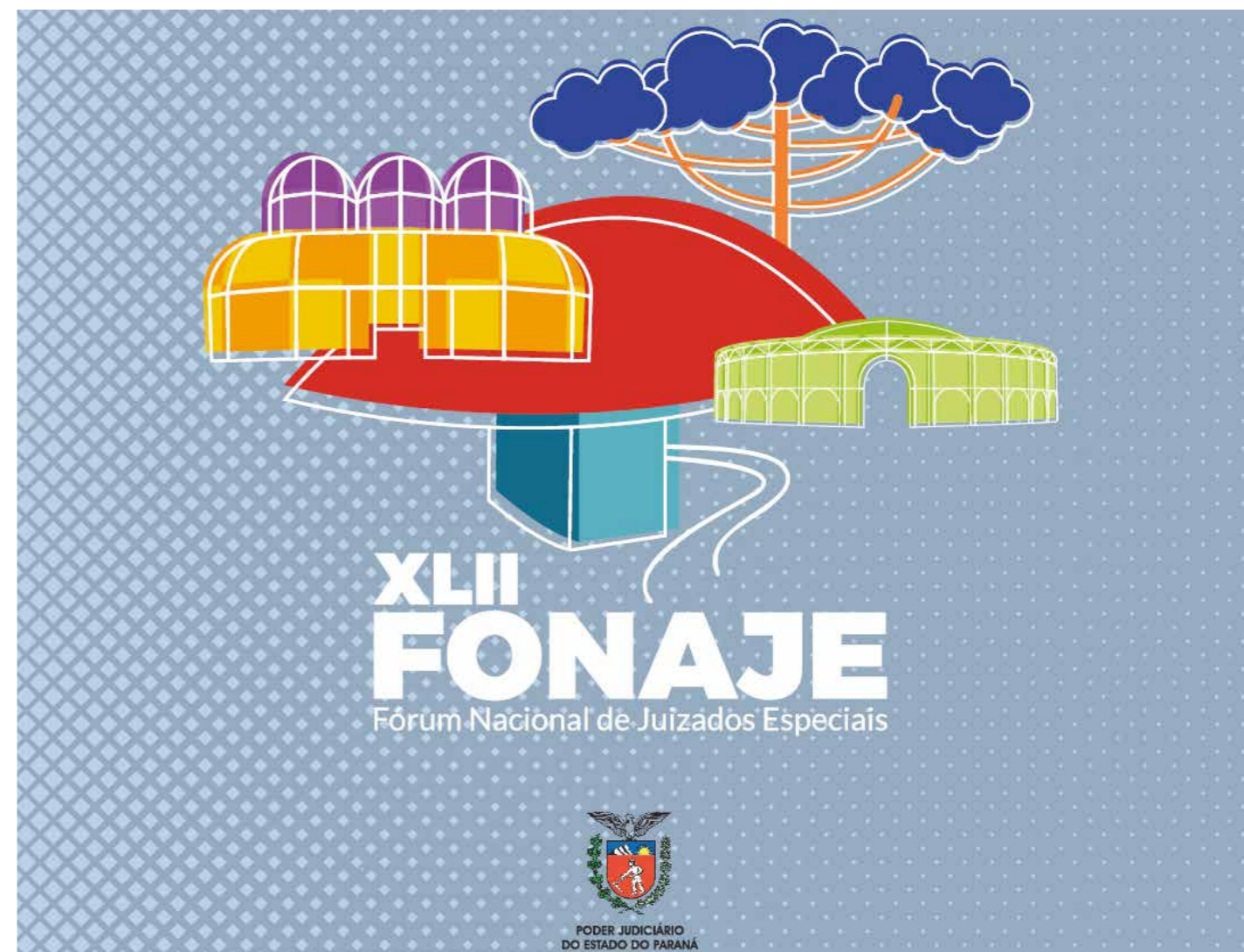
Ao final da reunião, a equipe da 2ª Vice-Presidência anotou vários pontos que já começaram a ser estudados para providenciar melhorias na estrutura das unidades. A partir das apresentações, também foi discutida e viabilizada a criação de uma Comissão de representatividade dos Fóruns Descentralizados. Por meio de uma minuta desenvolvida pela assessoria jurídica da 2ª Vice-Presidência, foi aprovada, pela Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, no dia 03 de Agosto, a criação da Comissão de Apoio às Varas

Descentralizadas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Presidida pela magistrada Adriana de Lourdes Simette, a primeira juíza de Fórum Descentralizado da capital, a comissão conta com a participação de todos os outros juízes de Descentralizados: Dr. Fábio Ribeiro Brandão, titular da Vara Descentralizada do Boqueirão, Dr. Felipe Forte Cobo, da Descentralizada do CIC, Dra. Manuela Simon Pereira Rattmann, do Pinheirinho e Dr. Romero Tadeu Machado, da Vara Descentralizada do Bairro Novo, antigo Sítio Cercado.

A partir desse encontro, e da criação da Comissão, já começaram a ser realizados alguns levantamentos e estudos. Outras reuniões do grupo devem acontecer ainda nesse ano.



42º FONAJE será realizado no Paraná



Curitiba sediará o XLII Fórum Nacional de Juizados Especiais nos dias 8, 9 e 10 de novembro. O evento, que será realizado nos Auditórios do Pleno do Tribunal de Justiça e da Escola da Magistratura do Paraná, está sendo organizado pelo TJPR, por meio de sua 2ª Vice-Presidência, e conta com a parceria da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) e da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR).

Para este evento, foram disponibilizadas 300 vagas destinadas aos Magistrados dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, da Turma Recursal, da Fazenda Pública, Magistrados com atuação em outras áreas, servidores de Juizados Especiais e aos operadores do Direito.

Sobre o FONAJE

Criado em 1997, o FONAJE promove o aprimoramento da prestação dos serviços judiciários. É realizado como um grande encontro nacional que pretende promover discussões, trocas de experiências e também é responsável por votar

propostas de criação, revogação e alteração de enunciados.

Em 2017, o encontro completou 20 anos de atividade. Na última edição, realizada em maio deste ano, em Porto Velho - RO, o TJPR participou do encontro por meio da 2ª Vice-Presidência. Na ocasião, foram oferecidas diversas palestras, oficinas e apresentação de programas, projetos e rotinas de trabalho que alcançaram resultados relevantes nessa área.

Programação

Dias: 8, 9 e 10 de novembro de 2017

Horários:
08/11/2017 – quarta-feira - 19 h
09/11/2017 – quinta-feira - das 9 h às 18 h
10/11/2017 – sexta-feira - das 9 às 18 h
A programação completa do FONAJE está disponível no site:
<http://www.emap.com.br/cursos/2017/fonaje/>.

Deliberações do NUPEMEC

Na última sessão ordinária do NUPEMEC, realizada no dia 27 de junho de 2017, foi aprovada a proposta de criação da Taxa Judiciária para a utilização dos serviços do CEJUSC PRÉ. A medida visa fixar uma fonte de custeio para manutenção e expansão dos serviços oferecidos pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Importante destacar que, depois de aprovada pelo Núcleo, a proposta foi submetida à apreciação do Órgão Especial do TJPR, sendo aprovada em sessão realizada no dia 09 de outubro. Após a decisão do

órgão, o anteprojeto segue para a Assembleia Legislativa para análise e posterior conversão em Lei.

Ainda na mesma sessão, o Núcleo analisou o pedido de certificação de alguns CEJUSCs do Estado. Por estarem em conformidade com o Plano de Estruturação e Instalação do NUPEMEC, foram aprovados os Centros Judiciários das Comarcas de Piraquara, na área de família, Xambê, Morretes, Palmeira e Toledo, na modalidade CID, que presta ações de cidadania.

Selo CEJUSC de Certificação

Com o objetivo de dar reconhecimento às empresas que alcançarem índices relevantes de acordo durante as audiências de conciliação e mediação, o TJPR, por meio da 2ª Vice-Presidência, criou o Selo CEJUSC de Certificação. A iniciativa, aprovada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), foi lançada durante um mutirão de processos bancários, realizado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Centro Cívico, no dia 21/9.

Além do destaque às empresas, a certificação também pretende fomentar a importância da aplicação dos métodos consensuais de conflitos e está disponível para todos os CEJUSCs do estado que realizarem pautas concentradas. O objetivo é que os mutirões originem estatísticas que reconheçam o grau de comprometimento das empresas em reduzir seu acervo judicial por meio da autocomposição.

Os selos serão concedidos de acordo com o

seguinte resultado: selo bronze, indicará regularidade e será concedido às empresas que alcançarem 30% a 40% de redução de acervo de processos por meio da resolução consensual; selo prata, é a certificação de satisfação, concedido à empresa que alcançar um índice de resolução entre 40% e 70%; e selo ouro, será a certificação de excelência, concedida à empresa que atingir mais de 70% de acordos.

A contabilidade dos dados será de responsabilidade da equipe encarregada pela organização do mutirão, e a concessão do selo será feita pelo Juiz Coordenador do CEJUSC. A divulgação da certificação das empresas será realizada por meio da intranet do TJPR.

Já no lançamento, durante o primeiro mutirão, o Banco do Brasil S/A, empresa participante, conseguiu fechar acordo em mais de 70% dos processos incluídos na pauta, alcançando a certificação OURO.



XII Semana Nacional da Conciliação



Marcada para os dias 27 de novembro a 1º de dezembro, a Semana Nacional da Conciliação de 2017 segue o mote "Conciliar: Nós concordamos". A medida, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está em sua 12ª edição, e pretende concentrar esforços de todo o Judiciário em prol da cultura da autocomposição.

No TJPR, a organização para a campanha teve início ainda no final do primeiro semestre. O objetivo é que, durante a semana de ação, além das audiências de conciliação realizadas normalmente, as Comarcas de todo o Estado desenvolvam mutirões para

incrementar as pautas de audiência. Além disso, várias unidades judiciais desenvolvem uma série de medidas para a profusão da cultura do diálogo, como a promoção de palestras, debates e cursos.

Visando dar ampla divulgação à Semana, o TJPR encaminhou ofícios à Ordem dos Advogados do Brasil, à Defensoria Pública e ao Ministério Público, convidando-os a mobilizar seus membros à selecionarem e indicarem processos nos quais entendam que é possível se obter a solução por intermédio da conciliação. Também a população foi convidada a participar da Campanha, através da distribuição de panfletos e divulgação na imprensa.

Todos aqueles que têm algum processo em trâmite podem participar da Campanha preenchendo um formulário disponível no site do TJPR (www.tjpr.jus.br), até o dia 30 de outubro. O procedimento pode ser realizado tanto pelas partes, quanto por seus respectivos advogados, com informações simples, como o número dos autos, local onde tramitam e endereço (físico ou digital) para contato.

Contudo, os esforços da Semana Nacional da Conciliação não se resumem apenas aos conflitos que já foram transformados em processos. Os interessados na busca da solução de uma demanda ainda não judicializada (pré-processual) também poderão contar com o auxílio de conciliadores, buscando mais informações sobre este tipo de serviço do Poder Judiciário nos Fóruns de suas respectivas comarcas.

Capacitações

Responsável pela Presidência do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), a 2ª Vice-Presidência do TJPR também atua na formação de Terceiros Facilitadores.

Nesta seara, desde o início da gestão, foram destinados esforços para a realização de novos cursos de formação de mediadores e conciliadores, assim como o aprimoramento e aperfeiçoamento de diversos magistrados, servidores e voluntários por todo o Estado do Paraná.

A partir da regularização do Curso de Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação para a Justiça Estadual, a formação de novos terceiros facilitadores foi retomada em parceria com a Escola de Servidores do TJPR (ESEJE).

Até o momento, 12 cursos foram concluídos e outros 13 estão em andamento, somando mais de mil participantes no processo de capacitação. Boa parte

desses servidores completam a formação para atuar junto aos CEJUSCs de todo o Estado.

Além da capacitação teórica, faz-se necessário o acompanhamento da parte prática, o chamado estágio supervisionado. Visando a formação de profissionais cada vez mais qualificados, que irão contribuir sobremaneira na obtenção de acordos, foi desenvolvida uma nova forma de acompanhar essa etapa. A partir do desenvolvimento de uma plataforma digital, foi criado um ambiente de aprendizado virtual (AVA), que já se encontra em fase de testes, e que tornará a supervisão prática muito mais fácil e eficiente.

E além dos cursos de facilitadores, os próprios servidores também podem enviar solicitações de novas capacitações. Todos os pedidos são direcionados ao NUPEMEC, e, posteriormente, encaminhados para a ESEJE, para que os projetos sejam elaborados, os Instrutores selecionados e o curso seja colocado em prática.

“Pacificar é Divino” forma 68 religiosos e inicia expansão no Estado



Finalizando mais uma fase de ação, o Programa “Pacificar é Divino” realizou, no dia 25/08, um evento de Formatura que reuniu centenas de pessoas. A cerimônia oficializou a formação de 68 religiosos que completaram a capacitação em Técnicas Consensuais de Resolução de Conflitos, dos quais, 18 ainda participaram de um curso de Multiplicadores do Programa.

Na cerimônia, presidida pelo Desembargador Renato Braga Bettega, Presidente do TJPR, fizeram parte da mesa a Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente e Coordenadora do Programa, o Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentsch, além da Diretora da Escola de Servidores do TJPR (ESEJE) e instrutora do Programa, Adriana Accioly Gomes Massa. Também participaram do evento os servidores: Leandro Ribeiro Cordeiro, Marcel Túlio e Márcio Justen de Oliveira, que, juntos com Adriana, trabalharam de forma voluntária na instrutoria dos religiosos e foram homenageados durante o evento.

A partir dessa capacitação, os religiosos, aptos

a realizarem sessões de conciliação e mediação, em caráter pré-processual, iniciaram o desenvolvimento do Programa em suas comunidades. Até o momento, já foram inaugurados 6 “Espaços Pacificar” em Igrejas Evangélicas e Católicas. Outros 3 espaços devem começar a funcionar até o final de outubro, sendo um deles da Federação Afro-Espírita.

Além do desenvolvimento na cidade de Curitiba, o programa também concentra esforços para expansão em todo o Paraná. Londrina, Maringá e Marechal Cândido Rondon já realizaram as primeiras oficinas e reuniões com lideranças religiosas da localidade. No total, cerca de 300 religiosos do interior do Estado, de mais de 10 religiões diferentes, já foram contatados. Nessas cidades, o Programa encontra-se na fase de inscrição para o início das capacitações dos facilitadores de solução de conflitos.

Além dessas, outras 13 Comarcas já solicitaram os materiais de desenvolvimento do “Pacificar é Divino” e iniciaram as atividades com a organização dos eventos de apresentação aos religiosos.



Magistrado em Destaque

União da Vitória é uma das Comarcas que vem se destacando no Estado, no que diz respeito ao funcionamento e atuação do CEJUSC. Quem coordena o Centro da região é o juiz de direito Carlos Eduardo Mattioli Kockanny, que atua no local desde 2005.

O primeiro projeto efetivado por ele foi o “Combate à Evasão Escolar”, desenvolvido em 2008. A iniciativa foi motivada pela observação do magistrado, dos casos envolvendo crianças e adolescentes que abandonavam a escola e estavam envolvidos em processos de situação de risco ou atos infracionais. A partir daí, foi criado um trabalho que envolvia o estudo das regiões mais afetadas, palestras nas escolas, incremento da rede de proteção, acompanhamento, monitoramento e fiscalização pelo Poder Judiciário. A equipe do projeto passou a atender cerca de 700 famílias por ano, até que, a partir de 2010, um levantamento comprovou que todas as famílias com alunos evadidos foram atendidas.

Além disso, foram criadas iniciativas paralelas, que serviram de reforço ao projeto inicial. Dentre elas estão: a “Escola de Pais e Mães”, em que as famílias participam de atividades de orientação e sensibilização sobre a importância da escola, e o “DEDICA – Olhares para a Infância e a Juventude”, que certifica a capacitação dos integrantes da rede de atendimento.

O resultado de todo o trabalho não poderia ser diferente, a partir do Projeto de Evasão Escolar, atualmente, União da Vitória e os municípios da Comarca apresentam, nos anos finais do Ensino Fundamental, um índice de abandono de 0,4%, enquanto no Estado do Paraná 3,2% dos alunos deixaram de frequentar a escola. Já no Ensino Médio conseguiu-se reduzir o número para 4,91%, quando a média estadual é de 8,9%.

Depois dessa primeira experiência de sucesso o magistrado continuou investindo esforços em ações diversas. Foram criadas iniciativas para: garantir um tratamento diferenciado às crianças, vítimas de abuso sexual, que precisavam prestar depoimento; aproximar a População do Poder Judiciário, com a realização de feiras de serviços; acompanhar e atender indivíduos que respondem por crime de violência doméstica, entre outras.

Atualmente, o CEJUSC de União da Vitória



coordena mais de 20 projetos sociais e de cidadania, além de desenvolver um trabalho com as práticas autocompositivas e restaurativas. Ainda, outros 10 projetos encontram-se em fase de estudo e planejamento para começarem a ser realizados.

Para o juiz Mattioli, o desenvolvimento dessas ações é importante, não só para a população, como para a profissão que escolheu. “Vejo como imprescindível que o magistrado não esteja alheio às realidades e necessidades concretas da sociedade a qual atende, nem distante dos debates sociais vigentes. Os projetos de cidadania implementados pelo CEJUSC de União da Vitória buscam proporcionar uma revolução na forma tradicional de atendimento pelo Poder Judiciário, invertendo a ordem habitual, trabalhando especialmente de forma preventiva junto às demandas emergentes das comunidades, e que, inevitavelmente, serão levadas à justiça. A meu ver, a forma de trabalho proposta possibilita que, dificuldades rotineiramente observadas na resolução concreta dos casos atendidos por meio de processos judiciais, sejam minimizadas, especialmente buscando um tratamento mais humanizado e condizente com o efetivo atendimento dos interesses da população”, completa o magistrado.

Programa Criança e Adolescente Protegidos realiza parceria com a APO



Depois de se integrar à feira de serviços "Paraná Cidadão", o Programa "Criança e Adolescente Protegidos" ganhou mais um reforço: a parceria com a Associação Paranaense de Oftalmologia (APO). Através de um protocolo de intenções, assinado no mês de junho, entre o Tribunal de Justiça do Paraná e a APO, além da confecção de documentos de identidade, o programa passou a oferecer consultas oftalmológicas gratuitas às crianças e adolescentes nas localidades em que a Associação está presente.

A primeira ação da nova parceria foi realizada na Escola Municipal Professora Nansyr Cecato Cavichiolo, em Curitiba, no dia 30 de junho. O evento, realizado por meio da feira de serviços UPS-Cidadania, registrou quase 500 atendimentos em apenas um dia. Na ocasião, foram confeccionadas 267 carteiras de identidade e realizadas 227 consultas oftalmológicas, com 75 encaminhamentos para exames específicos. Depois de realizar os atendimentos, a APO ainda disponibilizou 30 óculos e conseguiu tratamento para os casos mais graves, tudo de forma gratuita.

Além da Capital, também os municípios de Paranavaí, São João do Ivaí e Arapongas receberam as ações do programa através do "Paraná Cidadão". Até o final de novembro, a programação é que a iniciativa passe pelas cidades de Borrazópolis, Realeza, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Sobre o Programa Criança e Adolescente Protegidos

O Programa, que teve início em 2014, foi criado com o objetivo de garantir o direito de identificação e fortalecer a rede de segurança pública contra desaparecimentos de pessoas, através da emissão da Carteira de Identidade, por meio da coleta

de impressões digitais, de forma biométrica, a todas as crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino público.

A iniciativa, idealizada pela Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR, é desenvolvida em decorrência da parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Paraná, o Governo Estadual, através das Secretarias da Justiça, Educação, Segurança Pública, entre outras, e os Municípios participantes.

Em maio de 2016, o Governo Estadual reafirmou a parceria lançando oficialmente o programa para todo o Paraná. A partir dessa data, os Postos de Atendimento Totalmente Informatizados do Instituto de Identificação do Estado (PATIs) se comprometeram em dedicar 02 dias de trabalho por mês, para atender exclusivamente os alunos encaminhados por escolas municipais e estaduais.

Neste ano, o Programa passou a integrar a feira de serviços "Paraná Cidadão", coordenada pela SEJU, que tem como objetivo oferecer ações gratuitas que promovam cidadania e inclusão social a todos os paranaenses. Com isso, em todos os eventos, o dia que antecede a ação é dedicado a atender, exclusivamente, crianças e adolescentes.



Jovens Promissores

Lançado em setembro, o projeto Jovens Promissores é desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, com o apoio de instituições parceiras e de outros setores do próprio Tribunal – como CONSIJ (Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude), ESEJE (Escola dos Servidores da Justiça Estadual do Paraná) e CEJUSC Fórum Cível (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania).

A iniciativa é voltada ao desenvolvimento da autonomia de adolescentes em acolhimento institucional, a fim de que, ao atingirem a maioridade, eles tenham as condições necessárias para assumir o protagonismo de suas vidas, tornando o desligamento dos programas de acolhimento menos traumático.

Para tanto, o projeto montou uma programação de atividades intensa para oferecer aos jovens. Na etapa de formação, são disponibilizadas: visitas guiadas ao tribunal, círculos restaurativos junto ao CEJUSC Fórum Cível, oficinas e cursos sobre temas relevantes para a criação da autonomia. Até o momento, duas turmas, com 15 adolescentes cada uma, já iniciaram essa fase.

Nas visitas guiadas, os adolescentes

conheceram o Museu da Justiça e o Plenário do TJPR, assistiram sessões de julgamento e, por fim, foram recebidos pela 2ª Vice-Presidente, Desembargadora Lidia Maejima, com quem tiveram uma conversa motivacional e puderam conhecer melhor o projeto.

Em seguida, cada turma participou de 04 círculos restaurativos – metodologia utilizada pela Justiça Restaurativa, visando estimular a reflexão, a autoestima, o resgate de valores e a criação da identidade do grupo.

Na última etapa da fase de formação são oferecidas oficinas temáticas, ministradas por diversas instituições. As 2 primeiras turmas contam com o engajamento do Conselho Regional de Contabilidade (educação financeira), PMPR (prevenção ao uso de drogas e carreira policial), Exército (carreira militar), Paraná Clube (esportes) e UNILEHU (empreendedorismo e aprendizagem).

Concluída a etapa de formação, os adolescentes participarão de uma formatura e, por fim, receberão encaminhamentos personalizados para cursos e oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, de acordo com o perfil de cada jovem.

Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola

Depois de distribuir cartilhas para crianças de quase 300 escolas do ensino público de todo o Estado, o Programa "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola" iniciou o segundo semestre de 2017 trazendo os estudantes para perto do judiciário. A ação faz parte da 2ª fase do programa, e consiste em apresentar as estruturas físicas do Tribunal aos alunos, que aproveitam o momento para conhecer um pouco sobre o funcionamento do Poder Judiciário.

Em Curitiba, no dia 2 de agosto, a visita de 200 estudantes do 5º ano das Escolas Municipais Romário Martins e Professor Lauro Esmanhoto, ao Tribunal de Justiça do Paraná, marcou a abertura da segunda fase do programa. Nesse encontro, as crianças foram recebidas pela 2ª Vice-Presidente, Desembargadora Lidia Maejima, pela atual Coordenadora do programa, Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, e pelo Desembargador Roberto Portugal Bacellar, idealizador da iniciativa. Também estavam presentes as Juízas Adriana de Lourdes Simette, Flávia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueri Sanches e Letícia Guimarães, que prestam apoio ao desenvolvimento do programa.

Na ocasião, o início das atividades foi marcado

por uma apresentação de canções infantis realizada pela banda da Polícia Militar. Mas a grande novidade veio depois da música, quando os alunos participaram de uma votação simulada. Com candidatos fictícios, todos utilizaram urnas eletrônicas verdadeiras, disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, para escolherem vereadores, prefeitos e vice-prefeitos.

Além dessa, outras 10 visitas foram realizadas em Curitiba, com o auxílio de magistrados, promotores, advogados e servidores voluntários, que receberam mais de 2600 crianças nas dependências do TJPR. No interior, 32 Comarcas aderiram ao Programa e também levaram os conhecimentos de Justiça e Cidadania a diversas escolas. No total, em 2017, o Programa atendeu mais de 14 mil alunos em todo o Estado.

Finalizando as atividades desse ano, a iniciativa encontra-se na fase cultural, quando os participantes reúnem todo o conhecimento adquirido numa apresentação em forma de música, teatro e outras atividades artísticas. Até o momento o Programa já contou com apresentações de dança, rap, coral e júris simulados, tudo com muita criatividade e entusiasmo das crianças.